



Direito Processual Civil Executivo

Exame – 18 de junho de 2021

INDICAÇÕES PRÁTICAS

- O exame tem a duração de 3 horas.
- Cada pergunta tem um limite de linhas/página(s). Qualquer conteúdo acima desse limite não será tido em conta.
- Devem justificar todas as respostas de forma clara e nas vossas próprias palavras. Uma parte da cotação de cada questão está reservada para a abordagem pessoal e crítica dos temas, pelo que não deverão limitar-se a transcrever a lei.

1. Alberto receia que alguns credores possam estar a preparar-se para propor uma ação executiva contra si, pelo que pretende saber se os seguintes documentos são título executivo:

- Sentença judicial proferida por um tribunal finlandês que condenou Alberto a entregar um automóvel a Bjorn;
- Documento particular subscrito em 2012 pelo qual Alberto reconhece a obrigação de pagar € 5000 a Carlos;
- Sentença judicial proferida por um tribunal português que condene Alberto no pagamento de € 10.000 a Duarte e em indemnização pelas despesas de saúde que Duarte venha a ter no futuro e até à sua plena recuperação.

Como advogado de Alberto, qual seria a sua resposta à pergunta deste? (4,5 valores; máximo: 1 página e meia)

2. No âmbito de uma ação arbitral proposta pela “ETC, S.A.” e que correu os seus termos em França, Frederico foi condenado a pagar € 20.000 pelo fornecimento de materiais de construção. Os materiais destinavam-se a ser aplicados na remodelação da casa da irmã de Frederico, em Paris, e foram entregues nesse local. Frederico reside em Lisboa e a “ETC, S.A.” tem sede em Viseu. As partes convencionaram que o preço dos materiais seria pago em Viseu. A “ETC, S.A.” propôs ação executiva no juízo de execução de Viseu. Em sede de oposição à execução, Frederico invocou a incompetência internacional dos tribunais portugueses e, subsidiariamente, a incompetência territorial do juízo de execução de Viseu.





Assumindo que a sentença arbitral constitui título executivo, aprecie os fundamentos invocados por Frederico. (2,5 valores; máximo: meia página)

3. A “Grandes Créditos” pretende saber se pode propor as ações executivas a seguir enunciadas:

- Execução contra Joaquina para pagamento de € 12.000 e entrega de um valioso quadro. O título executivo é uma sentença arbitral que condenou Joaquina na entrega do quadro e uma escritura pública na qual esta reconheceu a obrigação de pagamento.

- Execução contra Laura e Mário, amigos de infância, em que se pretenda penhorar um barco pertencente a ambos por dívidas distintas (ambas em valor superior a € 10.000). O título executivo é um requerimento de injunção com fórmula executória (quanto a Laura) e uma livrança (quanto a Mário).

Qualifique a pluralidade objetiva e/ou subjetiva presente em cada uma das situações e pronuncie-se sobre a sua admissibilidade. (2,5 valores; máximo: meia página)

4. Óscar propôs ação executiva contra Rossana com base numa sentença judicial que condena Rossana a pagar-lhe € 9000. A sentença foi proferida pelo juízo local cível do Fundão, sendo que não existe juízo de execução na comarca de Castelo Branco. Na sequência das consultas e diligências prévias à penhora, o agente de execução constatou que o património de Rossana é composto exclusivamente por bens imóveis.

Explique qual é a forma de processo aplicável, em que momento deve Rossana tomar conhecimento da ação executiva e de que forma. (2 valores; máximo: 15 linhas)

5. Rossana pretende opor-se à execução por entender que (i) o contrato celebrado entre as partes e no qual se baseou a sua condenação é nulo em razão de simulação e (ii) o contrato inclui cláusulas contratuais gerais abusivas.





Podem fazê-lo? A resposta seria diferente se o título fosse um requerimento de injunção com formula executória? Analise os fundamentos invocados em cada uma das situações. (3,5 valores; 1 página)

6. No âmbito de uma ação executiva movida contra Susete para pagamento de € 50.000, foram penhorados, no dia 12 de janeiro de 2020, os seguintes bens: (i) casa de habitação permanente de Susete, sendo previsível que a penhora de outros bens teria permitido a satisfação do crédito exequendo no prazo de 20 meses; (ii) três quadros valiosos que se encontravam em casa de Susete, mas que na realidade pertencem a Tiago (pai desta); (iii) casa de férias de Susete sobre a qual incide usufruto constituído a favor de Vitória (registado em dezembro de 2019), tendo sido penhorada a propriedade plena.

Podem os vários interessados reagir contra a penhora realizada? Em caso de resposta afirmativa, enuncie todos os meios de reação que cada um deles pode utilizar. Tenha em conta os vários bens penhorados. (5 valores; 2 páginas)

